

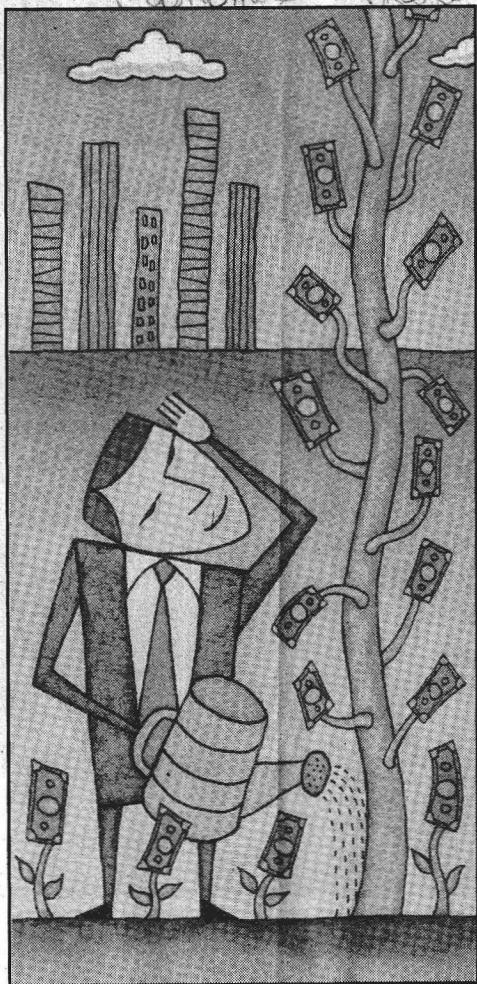
2 JUL 1997

AS IDEIAS MÁGICAS CONTINUAM BROTANDO NA ECONOMIA

Para se discutir e avaliar os efeitos da mais nova idéia fiscal que tem sido discutida no governo e na imprensa, é necessário saber qual o cenário macroeconômico da economia brasileira, ao final do primeiro semestre de 1997.

Para simplificar, suponhamos que o produto nacional bruto (PNB) fosse de R\$ 100 produzido nos doze meses terminados em junho deste ano (de fato, o PNB é da ordem de R\$ 800 bilhões). A divisão do produto por categorias de despesas é, aproximadamente, a seguinte: i) consumo privado de R\$ 55; ii) consumo de governo R\$ 31; iii) investimento público R\$ 2,5 e iv) investimento privado R\$ 15,5. Para aumentar a oferta nacional foram trazidos bens e serviços do exterior no valor de R\$ 4.

Esses números traduzem que a poupan-



ça privada é da ordem de R\$ 15, a pública é negativa em R\$ 1 e a poupança externa de R\$ 4, para se financiar R\$ 18 de investimento. Como o investimento é também destinado à reposição das máquinas e equipamentos desgastados pelo uso, pode-se estimar tal desgaste (depreciação) em R\$ 3. Com isso, os recursos voltados para o aumento do parque produtivo ficam restritos a R\$ 15. Com esse investimento, o produto nacional dificilmente cresceria mais do que R\$ 3,7.

Para se aumentar essa taxa de cresci-

mento, é necessário elevar a disponibilidade de recursos de poupança. A forma menos indolor seria contar com poupança externa adicional, ou seja, um maior déficit na conta corrente do balanço de pagamentos. A dificuldade dessa estratégia é óbvia, os gringos (incluindo os brasileiros no exterior) desconfiam do calote quando os recursos que lhes são exigidos superam a marca de 4 a 5% do produto. Como a redução do consumo privado não é politicamente trivial, discutem-se, à exaustão, as formas e maneiras de se controlarem os gastos do governo ou elevar a receita, com novos impostos e CPMFs, o que representa diminuir a renda disponível dos cidadãos e empresas.

Nesse cenário, lançou-se uma idéia engenhosa de aumentar a receita do governo, sem elevar os impostos. Como isso é feito?

Para simplificar a explicação, o mecanismo consiste na transferência, para um fundo a ser criado, de vários recebíveis do governo, como por exemplo apartamentos do INSS, participação acionária em estatais, dívidas de Estados com a União etc. O rendimento desse fundo seria utilizado para o pagamento dos aposentados do Governo Federal, uma conta que se aproxima dos R\$ 15 bilhões por ano (1,9% do PNB). Com isso, a poupança pública passaria de 1% do PNB para 2%, o que permitiria aumentar os investimentos para 20% do produto. Excelente!

Qual o problema da idéia?

Primeiramente, a receita líquida do governo só aumenta em função dos novos fatores de arrecadação, que não se materializariam na ausência do fundo. Mas como todos os recebíveis já pertencem ao governo, anteriormente à constituição do fundo, a receita nova só se consubstanciará como decorrência de melhor gestão desses

recebíveis. Não é fácil acreditar que a gestão ineficiente de alguns ativos seja responsável pela perda de R\$ 15 bilhões por ano.

Em segundo lugar, caso a nova receita se origine da privatização de alguns ativos, o governo estaria utilizando receita de capital para custear despesas correntes. Naturalmente, essa pode ser uma opção de governo, mas que não requer a criação de qualquer fundo.

Em terceiro, é difícil imaginar, a exemplo da experiência com a Vale do Rio Doce, que o governo possa privatizar, em um ano, R\$ 15 bilhões para satisfazer a proposta. E no segundo ano, como pagar os R\$ 15,0 bilhões?

É claro que esses comentários são, por demais, óbvios e que, portanto, o governo deles já se apercebeu. Então, porque tanto furor?

Essa pergunta leva-nos à imaginação criativa, carregada de novas perguntas: Será possível que o governo esteja interessado em "fabricar" uma melhora fiscal de 2% do PIB para poder gastá-los disfarçadamente, em 1998? Será possível que o presidente da República esteja mal assessorado? Se não for nada disso, por que um governo, aparentemente consciente da gravidade do quadro fiscal, consideraria tal alternativa? Teria o governo desistido da árdua luta que envolve o saneamento das finanças públicas? Desistiria deixando para trás o lixo da CPMF? O aperto aos salários dos servidores? O politicamente custoso reajuste do salário mínimo? Um governo que tem enfrentado tantas dificuldades não desistiria tão facilmente. Então, por quê?

Para ajudar na reflexão, cabe lembrar que jabuti não sobe em árvore, mas se ele está lá em cima, alguém o colocou.

FELIPE OHANA